

Comércio Internacional, Convergência Econômica e Políticas de Desenvolvimento: Reflexões sobre um antigo debate

Luiz Carlos Delorme Prado
Professor do Instituto de Economia da UFRJ
E-mail: lcdprado@gmail.com

- JEL - O -Economic Development, Technological Change, and Growth
- JEL - F12- International Economics - Models of Trade with Imperfect Competition and Scale Economies;
- JEL- F5 - International Relations and International Political Economy

Resumo:

Este artigo discute, em uma abordagem histórica, três questões que são relevantes para o debate recente sobre a convergência dos níveis de renda dos países em desenvolvimento e dos países desenvolvidos: (1) O comércio internacional foi um fator de convergência dos níveis de renda na economia internacional ou, ao contrário, contribuiu para ampliar essa divergência? (2) O comércio é o motor do crescimento econômico ou é o dinamismo interno que permite uma economia aproveitar as oportunidades internacionais abertas para o comércio? (3) A intervenção do Estado e a expansão do comércio internacional são fenômenos compatíveis ou antagônicos, ou seja, qual a relação entre Estado e comércio internacional?

Abstract

This article discusses, in a historical approach, three issues relevant to the recent debate on the convergence of income levels in developing and developed countries: (1) International trade was a factor of convergence of income levels in the international economy or, conversely, led to expand this divergence? (2) trade is the engine of economic growth or is the internal dynamism that allows an economy to seize the opportunities open to international trade ? (3) State intervention and the expansion of international trade are compatible or antagonistic phenomena, i.e., what is the relationship between state and international trade?

Comércio Internacional, Convergência Econômica e Políticas de Desenvolvimento: Reflexões sobre um antigo debate

1- Considerações Iniciais

O Livre Comércio é condição necessária e suficiente para que haja convergência entre os níveis de renda dos países desenvolvidos e em desenvolvimento? A ação deliberada do Estado, através de política industrial, induzindo exportações e protegendo o mercado interno seria uma estratégia mais eficiente de promoção do desenvolvimento? Estas são as questões centrais do tema comércio e desenvolvimento, desde que a Teoria do Desenvolvimento surgiu no pós-guerra como uma área de pesquisa independente.

A relação entre comércio e convergência econômica é um dos temas mais antigos em história econômica e em teoria econômica. Os economistas clássicos viam na livre mobilidade internacional do trabalho um mecanismo de equalização da taxa de salários. A migração de trabalhadores de uma Europa superpovoada para regiões como os EUA ou Canadá levariam, através da lei de retornos decrescentes, à queda dos salários com referência à renda da terra e ao preço das mercadorias nesses países e ao aumento desses na região de origem. No século XX, a tradição neoclássica propôs uma instigante reformulação dessa proposição. Baseado em artigo de seu mestre E.F.Heckscher, de 1919, o economista sueco Bertil Ohlin publicou em 1933 um livro em que afirmava: (1) a livre circulação de mercadorias, através do comércio internacional, pode servir como substituto parcial para a mobilidade dos fatores de produção e (2) o livre comércio levaria à equalização parcial do preço relativo (e absoluto) dos fatores de produção.¹

Ohlin, portanto, sustentava que não era necessária a circulação de fatores de produção para equalizar sua remuneração, uma vez que o comércio internacional era um substituto para a mobilidade desses fatores. No entanto, a livre circulação de mercadorias levava a uma equalização apenas parcial da remuneração desses fatores. E porque a equalização seria sempre parcial? A resposta a esta questão foi dada, em explicação detalhada, por P.T. Ellsworth (1938). Para ele, a equalização plena seria altamente improvável e talvez impossível. Isto só ocorreria se a demanda por um produto intensivo em um fator de produção, por exemplo o trabalho, fosse concentrada, exatamente onde este

¹ Ver Herckscher, 1919; Ohlin, 1933.

fosse mais abundante, portanto aumentando os salários até alcançar a paridade com regiões onde o trabalho seria escasso. O argumento seria familiar com referência ao preço dos recursos naturais, como terras, e para o capital. A completa equalização de fatores de produção requeria uma improvável perfeita adaptação da demanda para os distintos níveis de oferta local dos diferentes agentes. Ademais, para Ellsworth, caso se alcançasse a situação onde o preço dos fatores fosse idêntico em diversas regiões, isto implicaria em que não houvesse mais razão para comércio, levando, portanto, ao fim do intercâmbio comercial e cessação das demandas que levaram à equalização dos preços dos fatores.

Samuelson (1948), em artigo no *Economic Journal*, tratando a mesma questão de Ohlin e Ellsworth chegou a conclusão diferente de ambos. Para ele²:

- (1) Desde que houvesse especialização parcial, com cada país produzindo ambos os fatores, os preço dos fatores será equalizado, de forma absoluta e relativa, pelo comércio internacional;
- (2) A menos que a dotação inicial de fatores de produção seja muito desigual, a mobilidade de produtos será sempre um substituto perfeito para a mobilidade dos fatores;
- (3) Independente das dotações iniciais dos fatores de produção, mesmo se os fatores de produção fossem móveis ele iriam, no pior dos casos, migrar apenas em certo nível, após a qual, a mobilidade das mercadorias seria suficiente para a completa equalização dos fatores.
- (4) Uma vez que o movimento dos fatores de produção é um substituto para o movimento dos fatores, a produtividade internacional é de certa forma ótima; mas ao mesmo tempo, a taxa de retorno real imputada do trabalho em um país e da terra em outro será necessariamente menor, não apenas relativamente mas também absolutamente, do que sob autarquia.

Este conjunto de proposições de Samuelson, conhecido como Teorema da Equalização do Preço dos Fatores esta na raiz do argumento da Teoria Pura do Comércio Internacional em favor do livre comércio como instrumento de desenvolvimento. Ou seja, se esse teorema for uma boa aproximação da realidade, usando-se o instrumental teórico neoclássico, pode-se demonstrar que o livre comércio leva à convergência entre os níveis de renda dos cidadãos dos países desenvolvidos e em desenvolvimento.

² - Samuelson, 1948, p.170.

No entanto, tais conclusões de Samuelson são baseadas em um conjunto restritivo de premissas, entre as quais os requisitos de que a tecnologia disponível seja idêntica nos dois países que comerciam entre si, de que a função de produção de cada produto mostre retornos constantes de escala e de que a qualidade da terra e do trabalho seja a mesma nos dois países, que usarão esses recursos com a mesma função de produção tecnológica.

A proposição de Samuelson tem uma importante limitação: suas premissas restritivas fazem com que este modelo lógico seja de escasso interesse para aplicações no mundo real. Bastaria, portanto, não ser observada uma premissa, como por exemplo, que os rendimentos de escala sejam constantes para que os resultados apresentados levem a conclusão muito diferente. Essa é, afinal, uma situação que não pode ser considerada incomum, já que rendimentos crescentes de escala são uma característica do comércio internacional, reconhecida desde Adam Smith. Samuelson não negava tal argumento e reconhecia que nem sempre rendimentos crescentes de escala podem ser superados pela sugestão que esses são devidos exclusivamente a economias externas. Neste caso, onde escala é importante, é sempre possível que os salários reais sejam diferentes entre grandes e pequenas áreas de livre-comércio, mesmo com a mesma dotação relativa de fatores de produção.³

Ignorando a cautela do próprio Samuelson⁴ que afirmava que “*seria excessivo considerar a distribuição da população mundial como ótima em qualquer sentido, e considerar livre comércio como uma panacéia para as desigualdades geográficas atuais*”, alguns livros textos de economia internacional tenderam a afirmar que livre comércio seria sempre uma estratégia adequada para promover o desenvolvimento econômico. Esta visão simplificada de problemas econômicos complexos levou a uma ideologia de que a ordem internacional ótima seria baseada na livre circulação de produtos (e de capitais), mas não de pessoas, inspirando a estratégia de negociação internacional dos países desenvolvidos. Contudo, apesar de ter sido sempre sujeita a críticas, a proposição de que o livre comércio era um fator que levava a equalização dos retornos dos fatores de produção e, portanto, à convergência do nível de renda entre países que estabelecem relações comerciais sem restrições, tem sido uma idéia poderosa, justificando, muitas vezes sem maiores qualificações, a liberalização comercial como uma estratégia de desenvolvimento.

³ Samuelson, 1949, p.195/196

⁴ Samuelson, 1949, p.197

A literatura econômica tem produzido uma enorme quantidade de *surveys* sobre comércio e desenvolvimento. Alguns entre eles são trabalhos clássicos, escritos por mestres como Diaz-Alejandro, cujo artigo publicado há mais de trinta anos, ainda é de grande relevância neste início do século XXI.⁵ Este ensaio não pretende ser uma nova resenha, mas apenas recuperar alguns aspectos desse debate que julgo relevantes para a formulação, nos dias atuais, de uma política pública para a promoção do desenvolvimento.

Nessa perspectiva este ensaio trata de três questões que envolvem aspectos de história econômica e condensam alguns dos aspectos mais importantes do tema comércio e desenvolvimento: (1) O comércio internacional foi um fator de convergência dos níveis de renda na economia internacional ou, ao contrário, contribuiu para ampliar essa divergência?; (2) O comércio é o motor do crescimento econômico (Nurkse, 1959) ou é o dinamismo interno que permite uma economia aproveitar as oportunidades internacionais abertas para o comércio (Kravis, 1970)? (3) A intervenção do Estado e a expansão do comércio internacional são fenômenos compatíveis ou antagônicos, ou seja, qual a relação entre Estado e comércio internacional?

Este artigo pretende discutir, em uma abordagem histórica, aspectos dessas três questões que são relevantes para a formulação de políticas públicas e para o debate recente sobre a convergência dos níveis de renda dos países em desenvolvimento e dos países desenvolvidos.

2- Comércio Internacional e Convergência Econômica

O debate moderno sobre comércio e desenvolvimento implica na idéia que a Teoria Pura do Comércio Internacional não é capaz de tratar dos problemas específicos de um conjunto de países que foram chamados, segundo o momento histórico ou a corrente econômica, de subdesenvolvidos, em desenvolvimento, menos desenvolvidos, periféricos, de renda média ou baixa, de terceiro mundo ou atrasados. Estes países teriam características ignoradas pelas premissas tradicionais dos modelos de comércio internacional, para as quais deveria ser desenvolvido um corpo teórico próprio. Como muitos dos debates clássicos, esse campo não surgiu a partir da insatisfação com o corpo teórico anterior, mas como resultado da necessidade de um conjunto de economistas que precisavam resolver

⁵ Ver Dias-Alejandro, 1975.

problemas práticos e fazer recomendações de política econômica.⁶

Portanto, a partir das discussões de problemas concretos, um amplo debate teórico surgiu no pós-guerra sobre a Economia do Desenvolvimento. Isto não foi por acaso. Neste período, entre o fim da década de 1940 e os primeiros anos da década de 1950, desenvolveu-se um ambiente propício para o surgimento deste debate. A difusão do keynesianismo a partir dos EUA deu respeitabilidade teórica para as idéias que tratavam da especificidade do subdesenvolvimento. As idéias sobre o Estado de Bem-Estar Social na Europa tornou aceitável a defesa da necessidade de intervenção governamental para corrigir falhas de mercado. Um dos mais criativos economistas do desenvolvimento Albert Hirschman chegou a fazer uma comparação entre os trinta anos de hegemonia das idéias keynesianas (entre meados de 1940 a meados de 1970), com os trinta anos gloriosos do pós-guerra e com o apogeu e declínio da teoria do desenvolvimento.⁷

O debate sobre Economia do Desenvolvimento tem duas matrizes principais: a tese de Prebisch-Singer sobre deterioração dos termos de troca e a tese de Ragnar Nurkse sobre o comércio como motor do desenvolvimento. A primeira foi formulada independentemente por Hans W. Singer e Raul Prebisch em 1950, e sustentava que havia uma tendência estrutural de deterioração dos termos de troca entre os países subdesenvolvidos, exportadores de produtos primários, e os desenvolvidos, exportadores de manufaturas (ver Singer, 1950; Prebisch, 1949).

A base estatística dessa formulação foi a evolução dos termos de troca da Grã-bretanha entre 1873-1938, que seria o caso típico de país que exportaria manufaturados e importaria produtos primários. Houve grande controvérsia quanto à validade empírica dessa

⁶ Se definirmos desenvolvimento econômico, como crescimento com mudança estrutural, há uma distinção entre a literatura de comércio e crescimento e comércio e desenvolvimento. A vinculação do crescimento econômico moderno com mudança estrutural foi proposta por Kuznets, 1966, mas já estava presente nos textos da Cepal, de autores como Prebisch (Ver Prebisch, 1985). Nos modelos de comércio e crescimento não há distinção entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Isto não implica que todos os países sejam similares, ao contrário, as diferenças são determinadas por vantagens comparativas (clássicas ou neoclássicas) que são afetadas pela características do progresso técnico. O debate sobre comércio e crescimento econômico na Economia Neoclássica tomou grande impulso a partir de uma famosa aula magna do economista britânico sir John Hicks, quando discorreu sobre o problema da oferta de dólar na economia mundial (J.R. Hicks, 1953). Este autor discutiu nesta ocasião os efeitos gerados pelas diferenças na taxa de crescimento da produtividade entre setores e países. Uma extensa literatura, discutindo questões levantadas por Hicks, seguiu-se a partir de um artigo seminal de Harry Johnson, 1955. Não trato neste artigo desta literatura, o trabalho trata principalmente do debate que envolve questões de comércio e desenvolvimento, onde convergência econômica não ocorre apenas pelo crescimento, mas também através de mudança na estrutura da economia.

⁷ Ver Hirschman, 1995.

afirmação, desde críticas, tais como as formuladas por Viner (1953), até artigos que reiteravam a validade das evidências de Singer e Prebisch, tais como J. Spraos (1980).

A questão, no entanto, ultrapassava a questão econômica. A base do argumento era que as exportações de produtos primários (e mais tarde de manufaturas simples) estavam sujeitas a forte competição, e qualquer progresso técnico seria imediatamente transformado em redução de preço e ganhos para o consumidor. Por outro lado, produtos produzidos pelos países industriais avançados operavam em condições de maior poder de barganha dos trabalhadores e de condições de mercado em que era possível operar com custos mais *mark up*. Portanto, apenas parte do progresso técnico era transferido para os consumidores, e uma parte maior era apropriado como aumento de renda na produção. Portanto, era uma relação de poder com implicações econômicas.⁸

Na versão de Prebisch, o comércio internacional não levaria a um fluxo contínuo de países desenvolvendo-se em função dos ganhos do comércio ou pela difusão do progresso técnico dos países mais avançados para os mais atrasados: ao contrário, a integração das economias periféricas em escala mundial teria levado à modernização sob condições de heterogeneidade estrutural. Ou seja, o progresso técnico concentrava-se nas atividades exportadoras que se modernizavam. Uma vez que havia uma oferta elástica de mão-de-obra nas atividades tradicionais e pouca organização sindical, os ganhos de produtividade não acarretavam aumentos salariais, mas redução de preços. Nesse sentido, a especialização na exportação de produtos primários levava à formação de uma economia dual: um setor moderno exportador e um setor tradicional de baixa produtividade. Essas economias seriam, portanto, especializadas e heterogêneas estruturalmente. Por outro lado, nos países centrais, o progresso técnico se difundia por toda a economia e gerava aumento de salários, já que o movimento sindical nesses países era melhor organizado e a homogeneidade da economia não permitia oferta elástica de mão-de-obra a baixo preço. Essas economias seriam, então, diversificadas e homogêneas.

Singer resumiu sua visão sobre o impacto do comércio internacional para os países em desenvolvimento, afirmando que na forma existente em 1949-50 o comércio internacional nas economias em desenvolvimento produzia não apenas o efeito de “motor de crescimento”, mas também efeitos nas economias domésticas derivados de aspectos

⁸ - Ver Singer 1984.

dinâmicos das vantagens comparativas. Neste caso, os ganhos do comércio internacional poderiam ser anulados e o comércio seria ineficaz para produzir crescimento e, no limite, em determinadas condições, inclusive poderia afetar negativamente o crescimento econômico.⁹

A segunda tese seminal do debate sobre comércio e desenvolvimento no pós-guerra foi proposta por Ragnar Nurkse, na Wicksell Lectures (Estocolmo, 1959). Esta sustentava que no século XIX o comércio foi o motor do crescimento econômico. Isto se deu porque a economia mundial era liderada pela Grã-Bretanha, que tinha uma alta propensão marginal a importar gerando como subproduto de seu dinamismo industrial um grande mercado para matérias-primas e alimentos, provenientes das economias periféricas na América, na Europa e nas suas colônias. Isto teria permitido o rápido crescimento das economias que produziam alimentos e outros produtos em grande demanda naquele país.¹⁰

No século XX, entretanto, o comércio internacional não seria tão importante para os países em desenvolvimento como no século XIX. Isto porque, naquele século, dois fatores se combinaram para reduzir a importância relativa da demanda por matérias-primas e alimentos da periferia. Em primeiro lugar, com o crescimento da renda dos países desenvolvidos a propensão marginal a importar alimentos tendeu a cair. Isto é, em níveis mais altos de renda, a demanda por alimento cresce menos do que proporcionalmente ao crescimento da renda. E, ainda, a descoberta de toda uma tecnologia de produtos sintéticos reduziu a demanda por matérias-primas da periferia. Assim, por exemplo, o guano peruano foi substituído por fertilizantes preparados industrialmente, a borracha natural pela borracha sintética etc.

Em segundo lugar, os Estados Unidos, o novo país líder da economia mundial, diferentemente da Grã-Bretanha, era auto-suficiente em alimentos, além de ser uma economia mais fechada e protecionista. Nesse sentido, os EUA contribuíram menos do que a Grã-Bretanha para que seu dinamismo se propagasse para outras áreas do mundo por meio do comércio.

Apesar de afirmar que o menor dinamismo do comércio de produtos primários no

⁹ - Singer, 1985,p.287.

¹⁰ - Essa conferência foi publicada em 1961. Ver, também, o artigo de Nurkse, publicado no livro organizado por Agarwala & Singh, 2010.

século vinte devia-se às características do país mais dinâmico, Nurkse considerava o comércio internacional como a principal via de transmissão do crescimento econômico para os países periféricos. Nesse sentido, sua tese é oposta a visão cética de Prebisch-Singer, que o aumento do comércio não necessariamente beneficiaria igualmente todos os países.

Observe-se que nenhuma dessas correntes econômicas afirma que a expansão do comércio internacional leva a perdas. Mas, contrariamente à Nurkse, na visão de Prebisch e Singer essa expansão de comércio pode levar a aumento da dispersão entre os níveis de renda entre centro e periferia. Ou seja, através do mecanismo de deterioração dos termos de troca os ganhos de comércio tenderiam a elevar muito mais a renda dos países exportadores de produtos manufaturados do que os exportadores de produtos primários. Mas isso ocorria não pela natureza dos produtos que exportam, mas pela natureza da estrutura econômica desses países. A tese de Prebisch-Singer é, portanto, um modelo sobre a relação entre a estrutura econômica e social doméstica e o comércio internacional. Nas condições de dualidade das economias subdesenvolvidas os mecanismos de transmissão de ganhos de comércio para os trabalhadores dessas economias funcionariam precariamente. Portanto, a má distribuição de renda, característica de países com estruturas duais, tenderia a se perpetuar e a manutenção dessas estruturas comprometeriam os benefícios teóricos do comércio, uma vez que não eram atendidas as premissas dos modelos de teoria pura de comércio internacional, entre elas, as premissas de oferta inelástica de trabalho e de tecnologia como bem livre.

Mas, como esses países poderiam alterar este estado de coisas? Claramente tal processo não poderia ser obtido espontaneamente. A única forma de reverter essa tendência seria pela alteração nas estruturas econômicas e sociais dos países primário-exportadores. Mas tal alteração só seria possível pela intervenção do Estado. Mas, como a produção agrícola sozinha não seria suficiente para gerar a renda e o emprego necessário para melhorar a distribuição de renda e, portanto, enfraquecer os mecanismos de perpetuação dos fatores que levavam à deterioração dos termos de troca, somente a industrialização através da substituição de importações produziria este resultado.

A implicação desse raciocínio é que a intervenção do Estado, impondo barreiras à importação de manufaturados, tem efeitos positivos sobre o comércio internacional, permitindo que sua expansão produza resultados mais equitativos entre os países. De início

haveria uma mudança na estrutura das importações de bens de consumo em direção a bens de capital. Mas a medida que a economia doméstica se expande haveria aumento de demanda por bens intermediários ou de capital, portanto, aumentando e não diminuindo o comércio internacional. A intervenção do Estado traria como principal resultado, portanto, a melhoria dos termos do comércio internacional, através de alterações na estrutura desse mesmo comércio.

Entretanto, observe-se que se não houver expansão das exportações do país primário-exportador, o processo de substituição de importações necessariamente chegaria a um impasse. Isto porque esse processo baseia-se no aumento das importações dos bens necessários para aprofundar a industrialização no mercado doméstico. Na visão dos pioneiros dessa tese, esse aumento de importação de bens mais elaborados teria de ser financiado com o aumento das exportações dos produtos primários, ou pelo menos com investimento internacional. Havia entre eles um certo ceticismo sobre a possibilidade de se financiar a expansão da demanda de bens intermediários e de capital através da exportação de produtos industriais, cujas importações tinham sido substituídas. Partia-se da premissa que tais produtos seriam produzidos com tecnologia defasada e que a escala de produção não seria suficiente para fazer tais exportações competitivas. Essa foi a razão porque a CEPAL defendeu a criação de processos de integração regional na América Latina: para tentar ampliar o mercado na região e permitir o aprofundamento desse processo, em especial nos países menores.¹¹

Os países asiáticos, no entanto, que tinham pouca possibilidade de financiar o aumento da demanda de bens intermediários e de capital através do aumento da exportação de produtos primários, acabaram por demonstrar posteriormente que tais temores eram infundados. Ou seja, era perfeitamente possível formular uma estratégia de substituição de importações que fosse financiada com exportações de produtos industriais. Para isso, no entanto, teria que haver políticas domésticas compatível com tal estratégia. Finalmente, a maioria dos países em desenvolvimento que aprofundaram seu processo de industrialização acabou por montar em algum grau estratégias de diversificação de suas exportações e aumento do conteúdo tecnológico desses. Nessa linha, Amsdem mostra que os países em

¹¹ - Esse processo não foi bem sucedido, em especial a ALALC não teve os resultados esperados e a UNCTAD, embora tenha sido importante para a negociação da entrada dos países em desenvolvimento no GATT, não obteve resultados para estimular o comércio entre tais países.

desenvolvimento que se industrializaram no pós-guerra alocaram subsídios para o mesmo conjunto de indústrias de média tecnologia, as quais, em quase todos os casos, foram iniciadas através de substituição de importações.¹² Para ela o que foi diferente entre esses foi o vigor e a rapidez com que produtos exportáveis foram surgindo sequencialmente nos setores que passaram por substituição de importações.

No modelo de Nurkse, ao contrário do modelo implícito nas políticas de substituição de importação, a expansão exógena da demanda de produtos primários é o motor de transmissão do crescimento econômico, e um crescimento mais lento da demanda desses produtos pode explicar o aumento, ou pelo menos, a não reversão das disparidades nos níveis de renda entre países industriais avançados e países primário-exportadores. Tal visão era muito mais compatível com o caso de algumas economias, originalmente, exportadoras de produtos primários que alcançaram níveis de renda entre os mais altos do mundo. Tal foi o caso do Canadá, da Austrália, da Nova Zelândia, um conjunto de países de colonização recente.

A idéia do comércio como motor do crescimento foi usada como base de explicação do sucesso das economias de colonização recente (*new settlements countries*) pela escola canadense de desenvolvimento econômico, que formulou a chamada teoria do produto básico de exportação (*staple theory of economic development*).¹³

Essa teoria mostra como a exportação de um produto principal levou a que alguns países (como, por exemplo, o Canadá e a Austrália), com certas características econômicas, entrassem em um processo de crescimento auto-sustentado que permitiu que os níveis de renda desses países convergissem para os dos países industriais avançados.¹⁴ Esta abordagem originou-se nos trabalhos de historiadores econômicos canadenses, em particular, no trabalho do professor da Universidade de Toronto, Harold Innis.¹⁵ Produtos básicos (staples) teriam sido, segundo esta interpretação, críticos para o desenvolvimento do Canadá. A capacidade dos produtores domésticos de aproveitar as vantagens da disponibilidade de terras para entrar nos mercados internacionais competitivamente e, partir

¹² - Amsdem chama tais países de “o resto”, ou seja, os latecomers da segunda metade do século XX. Ver Amsdem, 2001 cap.7

¹³ Ver Waltskins, 1963; Forgarty, 1981

¹⁴ - Alguns desses países estão entre os de mais elevada renda per capita do mundo e estão também na frente em indicadores como o IDH.

¹⁵ - Ver sobre o trabalho de Innis, o interessante artigo de Altman, 2003.

disso, criar condições para crescimento econômico extensivo e intensivo, permitiu através de efeitos de encadeamento (linkages) transformar a economia desse país.

Portanto, nessa visão, a posição do Canadá como exportador de *commodities* foi o inverso daquela vislumbrada no modelo Prebisch-Singer. As razões nessa diferença não se encontram, no entanto, no comércio. A discussão é mais sutil, as diferenças de estrutura econômica, que são pouco exploradas no debate tradicional tem grande implicação nesse caso. A expansão do comércio seria possível pelas características domésticas da economia exportadora. Essas mesmas características, reciprocamente, implicariam em efeitos altamente positivos do crescimento das exportações para a economia doméstica, inclusive para setores não diretamente envolvidos com exportações. Os efeitos de encadeamento na economia doméstica são determinados principalmente pela estrutura da distribuição de renda. Baldwin enfatiza esse ponto, quando indica que uma melhor distribuição de renda cria um ambiente doméstico que conduz ao desenvolvimento da indústria local, através da criação de um mercado para produtos que não tem imediatamente potencial exportador e nem são facilmente importados.¹⁶ Na medida em que a renda per capita cresce, a boa distribuição de renda expande a demanda das famílias para um nível além das necessidades básicas da vida, o que abre espaço para demanda elástica de novos produtos. O maior mercado leva a expansão da produção doméstica, que pode inclusive acabar por tornar-se também um produto de exportação.

No caso, pode-se fazer uma interessante comparação entre países de colonização recente, baseados na produção agrícola familiar (homestead) e países de produção agrícola baseada em *plantations*. No primeiro caso, há oferta abundante de terras e escassez de força-de-trabalho, já que o imigrante, assim que possível, busca obter sua pequena propriedade (homestead), deixando de ser um assalariado. Neste caso, os salários são elevados e o preço das terras baixo. A renda da produção agrícola tende a ter um grau razoável de distribuição, o que faz com que o crescimento da exportação gere efeitos de encadeamento, que têm resultados positivos para o consumo doméstico. Neste caso, a expansão de uma cultura agrícola e o crescimento de exportação aumenta, de forma generalizada a renda dos agricultores. Isto levada ao aumento da poupança e investimento doméstico e, ainda, abre a possibilidade de desenvolvimento através do processamento das

¹⁶ - Ver Baldwin, 1956.

exportações.

Um exemplo, deste processo nos EUA, no século XVIII, é dado por Allen, que descreve que a cultivo de trigo na Pensilvânia nesse século acompanhava os preços da Europa, subindo e descendo de forma sincronizada¹⁷. No caso, o preço do produto na América era menor do que o preço na Europa pelo equivalente ao custo de transporte. A evidência de sua integração é o movimento conjunto dos preços. Por outro lado, o retorno dos colonizadores e do capital investido era maior que o da Europa, compensando os riscos da mudança para o novo continente. Nessa linha, os salários reais na Filadélfia acompanhavam os da Inglaterra, mais eram, ainda, maiores. O preço dos salários na cidade norte-americana era de cerca de quatro ou cinco vezes maior do que o de subsistência – superando, por exemplo, os de Florença, que eram suficientes apenas para a subsistência, ao final do século XVIII¹⁸.

Em países de economia de *Plantation*, o acesso à terra é dificultado para trabalhadores livres, e o trabalho na terra é, originalmente, realizado com trabalho escravo. No caso, a oferta de terra é, por razões institucionais, escassa e, reciprocamente, a oferta de força de trabalho (compulsória) é abundante. Neste caso, os salários são baixos e a renda das exportações agrícolas é concentrada. O resultado é que o aumento das exportações não gera efeito de encadeamento doméstico, mas o aumento da renda de poucos grandes proprietários, que normalmente acabam por gastá-la em importações suntuárias. Estas características são descritas, para o caso brasileiro, no estudo clássico de Viotti da Costa, sobre a política de terras no Brasil e nos EUA.¹⁹

Portanto, historicamente, o comércio foi, efetivamente, o motor do crescimento, o surgimento do comércio não é determinado exogenamente. É justamente a capacidade da economia doméstica de aproveitar as oportunidades que faz com que essa beneficie-se da expansão da renda em outros mercados.

Nessa linha, a visão de Nurkse sobre o papel do comércio no desenvolvimento econômico foi contestada por Irving Kravis (1970), em um artigo que obteve grande repercussão. Kravis argumentou que o comércio não foi o motor do crescimento, mas sim o resultado de um desenvolvimento econômico endógeno bem-sucedido. Usando o exemplo

¹⁷ - Ver, Allen, 2011.

¹⁸ - Allen, 2011, p.69.

¹⁹ - Viotti da Costa, 1998, pp.171-193.

da economia norte-americana, Kravis argumentou que esse país ampliou drasticamente seu comércio, sobretudo de produtos alimentícios como trigo, em uma situação em que o preço internacional desses produtos estava caindo e a demanda internacional não estava crescendo aceleradamente. Segundo Kravis, o sucesso dos EUA como exportador é resultado do aumento doméstico da produtividade produto da introdução de ferrovias, do melhor sistema de comercialização e da maior eficiência dos produtores norte-americanos; que deslocaram concorrentes de outras regiões. Nesse sentido o comércio foi um caudatário do crescimento (em *inglês*, *handmaiden of growth*), e não o motor do crescimento.

3- Comércio e Políticas Públicas

No último século observamos diversos casos de sucesso e fracasso no processo de convergência econômica entre os países que se industrializaram no século XIX e os retardatários do século XX. Em especial, pode-se destacar o imenso sucesso de alguns países asiáticos (por exemplo a China e a Coreia) e o sucesso, menos evidente, de alguns países latino-americanos (por exemplo, o Brasil e do México). Em todos esses países o comércio internacional teve papel importante, ou contribuindo para a rápida expansão das economias domésticas, como no caso dos países asiáticos, ou criando as condições de sustentabilidade de um persistente déficit em transações correntes, como foi o caso das economias latino-americanas.

Mas, qual política comercial foi, historicamente, àquela adequada à promoção do desenvolvimento? Em outras palavras, políticas comerciais protecionistas teriam tido uma contribuição positiva ou negativa no crescimento econômico desses países.

Desde a década de 1970, mas particularmente depois da crise da dívida externa, no Brasil como em outras partes da América Latina, muitos dos intelectuais formados na tradição do pensamento latino-americano passaram a repensar alguns aspectos das políticas de desenvolvimento implementadas na região, rejeitando particularmente a ênfase excessiva na substituição de importações, a falta de separação nítida entre a proteção de aprendizagem e a proteção espúria e, finalmente, a falta de uma ênfase maior na questão da equidade como um problema básico para o desenvolvimento econômico.²⁰

²⁰ - Ver, por exemplo, Fanzylber, 1985. No Brasil, Castro, 1993, também, reviu a contribuição das estratégias de substituição de importações para o desenvolvimento brasileiro. Ver, para uma discussão sobre esta revisão do pensamento de Castro, o artigo de Prado & Bastian, 2011, pp.249-250.

Por outro lado, a crítica aos modelos de substituição de importação, empreendida por economistas ortodoxos, vinha apresentando argumentos contrários às estratégias comerciais protecionistas desde a década anterior. O principal foco dessas críticas era o argumento de falha de mercado. Assim Bhagwati e Ramaswami (1963), Johnson (1965), Bhagwati (1969) e outros argumentaram com modelos analíticos que o instrumento comercial (tarifa ou cota) não é a melhor, nem mesmo a segunda melhor alternativa para se alcançar os objetivos pelos os quais a proteção era dada.

Essas pesquisas também passaram a se basear em teorias de *rent-seeking*, como um subproduto da proteção. Isto é, o argumento de *rent-seeking* afirma que a proteção leva à geração de rendas improdutivas para grupos que conseguem obter proteção politicamente, ou valiosas licenças de importação. Portanto, há para a economia um custo sem uma contrapartida de aumento da produção ou melhoria do bem-estar. Também foram apresentados argumentos sobre as consequências de mecanismos de super e subfaturamento e contrabando, estimulados por políticas comerciais inadequadas.²¹

Finalmente, autores como Krueger (1997) e um dos mentores do crescimento econômico de Taiwan, o economista chinês A.C. Tsiang (1984) passaram a afirmar que as estratégias de crescimento para fora dos países da Ásia oriental eram a alternativa, baseada no livre mercado ao protecionismo latino-americano. Nesse sentido, o sucesso desses países, em especial a Coreia e Taiwan seriam uma demonstração do sucesso das estratégias baseadas em princípios liberais de economia contra estratégias baseadas em princípios keynesianos de correção de falhas de mercado. O sucesso da experiência de industrialização dos tigres asiáticos, que parecia contrastar com o modelo latino-americano, passou a ser usado, portanto, como elemento de crítica da política dessa região.

A comparação com a Ásia é de grande relevância para a avaliação da experiência latino-americana. Os chamados NICs asiáticos, em especial a Coreia, foram não apenas bem-sucedidos em seu processo de industrialização, mas têm, ainda, economias com baixa inflação, alto nível educacional e uma distribuição de renda comparável aos países europeus. A Coreia foi capaz, inclusive, de acompanhar as mudanças tecnológicas e organizacionais da década de 1980, fazendo com que alguns de seus *chaebols* estivessem

²¹ - Ver, por exemplo, Bhagwati, 1974.

entre os mais importantes conglomerados transnacionais, liderando segmentos de mercado de alta tecnologia.

Esse debate, no entanto, analisado em perspectiva histórica, não focou com precisão a natureza do problema. Tanto no caso asiático, como no latino-americano, os governos usaram políticas comerciais para promover o desenvolvimento econômico. Portanto, a questão não é a intervenção do Estado versus livre comércio, mas a natureza da intervenção do Estado, ou seja, a eficácia da política pública.

Nessa linha, Rodrik chamava atenção, no início da década de 1990, para os limites das reformas de políticas comerciais nos países em desenvolvimento. O autor argumentava que o ensino tradicionais dos estudantes de economia sustentava a defesa do livre comércio no estudo das vantagens comparativas, com as perdas dos consumidores e produtores (triângulos de Harberger) associados à proteção. A liberalização comercial era vista pela potencial de estimular os instintos empresariais para aproveitar as oportunidades de economia de escala, forçando os monopolistas domésticos a comportar-se competitivamente, o que daria ganhos de bem-estar maiores inclusive do que os previstos em uma análise estática da Teoria Pura do Comércio Internacional.²² Rodrik afirmava, no entanto, que a incorporação da nova literatura sobre política comercial estratégica e o novo instrumental teórico de comércio internacional sob condições de concorrência imperfeita, tinham implicações que deveriam ser levadas em conta na formulação de políticas públicas.

O que caracteriza a concorrência imperfeita é a possibilidade das empresas, com poder de mercado, de praticarem preços maiores do que o custo marginal de produção. Nesse caso, as reformas comerciais afetam o bem-estar através dos seguintes mecanismos: (a) efeitos sobre o volume de comércio; (b) efeitos sobre os excessos de lucros; (c) efeitos sobre a escala de eficiência e (d) efeitos sobre eficiência técnica. Dependendo de algumas características do processo de liberalização comercial, os efeitos podem ser muito positivos ou, ao contrário, afetar negativamente a eficiência técnica de certos setores.

Através do primeiro efeito, as importações devem crescer nos setores onde os preços domésticos estão acima dos internacionais devido a proteção. Mas, em razão dos dois efeitos seguintes, esse resultado poderia ser distinto. Pelo segundo efeito, a produção

²² - Ver , Rodrik, 1992, p.98.

setorial deve expandir onde há lucro econômico supra-normais. Pelo terceiro efeito, a produção setorial deve expandir onde há economias de escala não aproveitadas, ou seja, quando o custo médio é superior ao custo marginal.

Considerando os três efeitos em conjunto, o resultado vai depender da relação entre preços mundiais e os custos marginais domésticos. A proteção não implica que os custos marginais das empresas domésticas sejam maiores do que os custos marginais da indústria internacionalmente. O que a proteção garante é que os preços domésticos são maiores que os preços mundiais. Nesse caso, a liberalização comercial não leva necessariamente a redução da produção doméstica desses setores, podendo levar inclusive ao aumento da produção, um resultado que seria impossível em condições de concorrência perfeita. Ou seja, é possível nesse caso que em condições de concorrência perfeita a liberalização comercial tenha efeitos aumentados. Tal fenômeno ocorreria por dois mecanismos. Em primeiro lugar, uma vez que as empresas domésticas teriam seu poder de mercado erodido, os menores preços poderiam levar a aumento da demanda. Em segundo lugar, um processo de racionalização da produção doméstica, isto é, de estímulo a inovação em um cenário de maior competição, poderia levar a aumento da eficiência das firmas. Um resultado, aliás, que seria compatível com os produzidos pela expansão do comércio internacional nos modelos de economias de colonização recente.

Mas, o quarto mecanismo discutido por Rodrik, isto é, os efeitos sobre a eficiência técnica, pode produzir resultados opostos dos desejáveis com a liberalização comercial. Ou seja, a capacidade de investimento em tecnologia, é dependente da escala de produção e da capacidade de assumir os riscos desse investimento. Com a liberalização comercial, setores que estariam em processo de transformação tecnológica, beneficiando-se de um crescimento do mercado doméstico, podem ter seu mercado reduzido com o aumento de importações concorrentes, que amortizam seus investimentos em tecnologia em mercados muito mais amplos, levando a um risco muito elevado para a continuidade dos investimentos nesses setores nas empresas domésticas. Nesse caso, haveria uma interrupção no processo de modernização tecnológica, reduzindo o papel da empresa doméstica a algum nicho de mercado, ou mesmo levando ao desaparecimento de um setor promissor, reduzindo o nível geral de produtividade dessa economia.

Esse debate mostra que a liberalização comercial não é *per se* uma política contrária à

promoção do desenvolvimento econômico, nem necessariamente benéfica a ele. Essa será, nesse contexto, mais um instrumento de política pública e seu resultado é altamente dependente das condições em que essa liberalização comercial ocorre e em que setores ela deve recair prioritariamente. Ou seja, a liberalização comercial pode ser um instrumento de política de desenvolvimento. Mas, esse processo deve ser acompanhado de outras políticas públicas, tais como, políticas industriais, e levar em conta as características de cada setor da economia para determinar a seqüência das liberalizações, em especial, os efeitos concorrenciais e de eficiência técnica das reduções das tarifas de importação.

A discussão sobre o papel do Estado na economia tem uma contribuição fundamental dos trabalhos de Stiglitz sobre economia da informação²³. A essência dessa discussão é mostrar as limitações dos modelos de equilíbrio baseados nos preços como a única informação relevante para tomada de decisões econômicas. Isto é, a idéia, sustentada por Hayek, de que um sistema de preços descentralizado levaria uma alocação eficiente de recursos escassos. Segundo essa proposição, ninguém precisa saber as preferências de todos os indivíduos e a tecnologia de todas as firmas para assegurar que alocação de recursos é pareto-eficiente. Preços trazem todas as informações e são, de fato, estatísticas suficientes.²⁴ Hayek apresentou seus argumentos de forma literária, mas o modelo Arrow-Debreu, de forma mais sofisticada, resolveu, através de um modelo matemático, o problema completo de alocação de recursos.

Stiglitz desafia todo este edifício fenomenal com uma proposição simples: a existência de custos de informação, mesmo que pequenos, podem ter graves conseqüências, sendo que, nesse caso, muitos dos resultados tradicionais da microeconomia não mais se sustentam, inclusive os teoremas de Bem-Estar formulados por Arrow e Debreu.²⁵ Ou seja: a economia de informação mostrou que, uma vez que o custo da informação não é zero, a descentralização das decisões a partir de informações sobre os preços não seria pareto-eficiente, sem extensiva intervenção governamental.²⁶

A literatura recente de comércio internacional, ao incorporar aos modelos de equilíbrio dessa disciplina, os avanços na literatura de concorrência imperfeita, economia da

²³ - Para uma resenha dessa literatura ver Stiglitz, 2000.

²⁴ - Ver Hayek (1945) e Stiglitz (2000).

²⁵ -Stiglitz, 2000, p.1443.

²⁶ Idem, 2000, p. 1444.

informação e mercados incompletos tem como implicação normativa a ideia de que não há regras simples nas relações entre intervenção do Estado e efeitos sobre o bem-estar do comércio internacional. Portanto, a hipótese de que o livre comércio leva a equalização da remuneração dos fatores de produção, um dos pilares do modelo Herskscher-Ohlin-Samuelson, que é o principal fundamento teórico para a proposição que o comércio internacional é um mecanismo de difusão dos frutos do desenvolvimento econômico, não se aplicaria no mundo de concorrência imperfeita, com custos de informação e mercados incompletos. Por outro lado, não se pode afirmar de forma categórica que políticas protecionistas levam necessariamente a um melhor resultado. Essas conclusões restabelecem o primado da política e da história na formulação de políticas econômicas. Não há soluções simples, os casos devem ser estudados em seus contextos históricos, considerando as relações econômicas internacionais, e os interesses da economia nacional.

4- Conclusão

Este artigo discutiu três aspectos do debate sobre o comércio e desenvolvimento: (1) O comércio internacional foi um fator de convergência dos níveis de renda na economia internacional ou, ao contrário, contribuiu para ampliar essa divergência?; (2) O comércio é o motor do crescimento econômico (Nurkse) ou é o dinamismo interno que permite uma economia aproveitar as oportunidades internacionais abertas para o comércio (Kravis) ? (3) A intervenção do Estado e a expansão do comércio internacional são fenômenos compatíveis ou antagônicos, ou seja, qual a relação entre Estado e comércio internacional?.

No tratamento da primeira questão discutiu-se a literatura que mostra que o comércio internacional não necessariamente leva a convergência entre os níveis de renda na economia internacional. Esse debate, combinado com os estudos das economias de colonização recente (a *staple theory*) mostra que, em determinadas circunstâncias, o comércio internacional contribuiu efetivamente para o desenvolvimento econômico. Isto é, dada a estrutura doméstica de determinadas sociedades a expansão do comércio internacional gera efeitos de encadeamento que contribuem efetivamente para a convergência econômica desses países com os países industriais avançados.

No entanto, a discussão da segunda questão, mostra que o comércio pode ser melhor explicado pela capacidade de resposta das economias doméstica do que por efeitos

exógenos de expansão da demanda. Ou seja, o crescimento do comércio internacional se ajusta mais ao modelo de Kravis, que sustenta que o comércio é caudatário do crescimento doméstico, do que da visão de Nurkse de que o comércio é o motor de crescimento, baseado na expansão exógena da demanda por importação das economias industriais avançadas.

Finalmente, mostrou-se que, se a hipótese de Kravis é verdadeira, as políticas de liberalização comercial não são necessariamente benéficas para os países em desenvolvimento, mas, em determinadas circunstâncias podem sê-lo. Ou seja, a liberalização comercial contribuiu com o desenvolvimento em um contexto em que essa é uma política pública integrada em um conjunto de políticas de desenvolvimento, como políticas industriais, políticas de concorrência, políticas de expansão do crédito e outras. **Portanto, não há uma contradição entre liberalização comercial e intervenção do Estado, ao contrário, essa política comercial pode ser um instrumento para políticas públicas de desenvolvimento.** Tal resultado tem como implicação o retorno da política e da história como fundamento para a formulação de uma política econômica para o comércio exterior. Não há formulas simples e universais. As políticas de comércio exterior são, apenas, mais um instrumento de política pública. Finalmente, o resultado das políticas de comércio internacional dependerá de uma avaliação correta dos impactos da liberalização comercial e da imposição de tarifas, em cada um dos mercados domésticos.

5- Bibliografia

Allen, Robert C- *Global Economic History: A Very Short Introduction*, Oxford University Press, 2011.

Altman, Morris – “Staple Theory and Export-Led Growth: Constructing Differential Growth”, *Australian Economic History Review*, Vol.43, No.3.

Amsden, Alice H. – *The Rise of “the Rest”, Challenges to the west from the Late-Industrializing Economies*, Oxford, 2004.

Arrow, Kenneth- “ Limited Knowledge and Economic Analysis”, *American Economic Review*, LXIV, 1974, 1-10.

Baldwin, R.E- “Patterns of Development in Newly Settled Regions”, *Manchester School*, 1956, n.24, pp.161-179.

Bhagwati, Jagdish - *Trade, Tariffs and Growth: Essays in International Economics*, Mit Press, 1969

Bhagwati, Jagdish & **Ramaswami**, V.K – “Domestic Distortions, Tariff and the Theory of the Optimum subsidy”, *Journal of Political Economy*, vol. 71, n.1, feb., 1963.

Bhagwati, Jagdish- *Illegal Transactions in International Trade*, North-Holland, Amsterdam, 1974.

Castro, Antônio Barros - “Renegade Development: Rise and Demise of State-Led Development in Brazil”, em W. Smith, C. H. Acuña e E. A. Gamarra (orgs.), *Democracy, Markets and Structural Reform in Latin America*. Miami, Transaction Publishers.

Debreu, G. – *The Theory of Value*, New York, John Wiley and Sons, 1959.

Dias-Alejandro, Carlos F- “Trade Policies and Economic Development”, em **Kenen**, Peter B., ed., *International Trade and Finance: Frontiers for Research*. Cambridge University Press, 1975, 93-150.

Ellsworth, P.T- *International Economics*, New York, McMillan, 1938.

Fanzylber, Fernando – *La Industrializacion Trunca de America Latina*, Mexico, Centro de Economia Transnacional, 1985.

Fogarty, J. – “Staples, Super-Staples and the limits of the Staple Theory: The Experiences of Argentina, Australia and Canada compared”, em D.C.M **Platt** and **Di Tella**, eds, *Argentina, Australia and Canada: Studies in Comparative Development, 1870-1965*, New York, St Martin Press, 1985.

Harberger (org.), *World Economic Growth*, San Francisco, CA, ICSP, 1984.

Hayek, F.A, “The use of Knowledge in Society”, *American Economic Review*, XXXV, pp.519-530, 1945.

Herckscher, Eli – “The Effect of Foreign Trade on the Distribution of Income”, *Ekonomisk Tidskrift*, 1919, , n.21, pp. 497-512.

Hicks, J.R – “An Inaugural Lecture”, *Oxford Economic Papers*, 1953, 5(2), pp.117-135.

Hirschman, Albert O. – “Rise and Decline of Development Economics” em Hirschman, A.O., *Essays in Trespassing: Economics to Politics and Beyond*, Cambridge University Press, 1981.

Innis, H.A – “The Importance of staple products,” em W.T.**Easterbrook** and M.H.**Watkins**, eds. *Approaches to Canadian Economic History*, Toronto, McClelland and Stewart Limited, 1930.

Johnson, Harry – “An Economic Theory of Protectionism, Tariff Bargaining and Formation of Custom Union”, *Journal of Political Economy*, Vo.74, No3, June, 1965, pp.256-283.

Johnson, Harry – “Economic Expansion and International Trade”, *The Manchester School*, vol.23, Issue 2, pp. 95-112, May 1955.

Kravis, I.B.- “Trade as a Handmaiden of Growth”, *Economic Journal*, 1970, n.80, pp.850-872.

Krueger, A. O – *Trade Policies and Development Nations*, Washington, Brookings Institutions, 1995.

Kuznets, Simon – *Modern Economic Growth: Rate, Structure and Spread* – Yale University Press, New Haven, 1966.

Nurkse, R. – “Alguns Aspectos Internacionais do Desenvolvimento Econômico”, em **Agarwala, A.N. & Singh, S.P.**, *A Economia do Subdesenvolvimento*, Contraponto-Celso Furtado, 2010.

Nurkse, R. - *Patterns of Trade and Economic Development*, Wilksell Lectures, 1959, publicado em 1961.

Ohlin, Bertil – *Interregional and International Trade*, Cambridge, M.A, Harvard University Press, 1933.

Prado, L.C.D & Bastian, E.F – “Um Economista no Labirinto: Um Obituário de Antônio de Barros Castro”, em *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 54, no 3, 2011, pp. 243-258.

Prebisch, Raúl – “Five Stages in My Thinking on Development” em **Meier & Seers**, *Pioneers in Development*, World Bank, 1985

Prebisch, Raul – *The Economic Development of Latin American and Its Principal Problems*, New York, United Nations, 1950.

Rodrik, Dani - "The Limits of Trade Policy Reform in Developing Countries," *The Journal of Economic Perspectives* 6(1), Winter 1992;

Samuelson, P.A.- “International Factor-Price Equalization Once Again”, *Economic Journal*, 1949, n.59, pp.163-184.

Samuelson, P.A.- “International Trade and Equalization of Factor Prices”, *Economic Journal*, 1948, n.58, pp.163-184.

Singer, H.W. – “The Terms of Trade Controversy and the Evolution of Soft Financing: Early Years in the UN” em **Meier & Seers**, *Pioneers in Development*, World Bank, 1985.

Singer, H.W.- “The Distribution of Gains between Investing and Borrowing Countries”, *American Economic Review*, Papers and Proceedings, May 1950.

Spraos, J. - The Statistical Debate on the Net Barter Terms of Trade between primary commodities and manufactures, *Economic Journal*, n. 90, 1980., pp.107-128.

Stiglitz, Joseph E. – “The Contributions of the Economics of Information to Twentieth Century Economics”, *The Quarterly Journal of Economics*, vo. 115, nº 4, pp.1441-1478, No, 2000.

Tsiang, A.C – “Taiwan’s Economic Miracle: Lessons in Economic Development”, em **A. Viner**, Jacob – *International Trade and Economic Development*, Oxford, Clarendon Press, 1953.

Viotti da Costa, Emília – “Política de Terras no Brasil e nos EUA”, em **Viotti da Costa**, Emília – *Da Monarquia à República*, Editora Unesp, 9ª Edição, 1998.

* * *